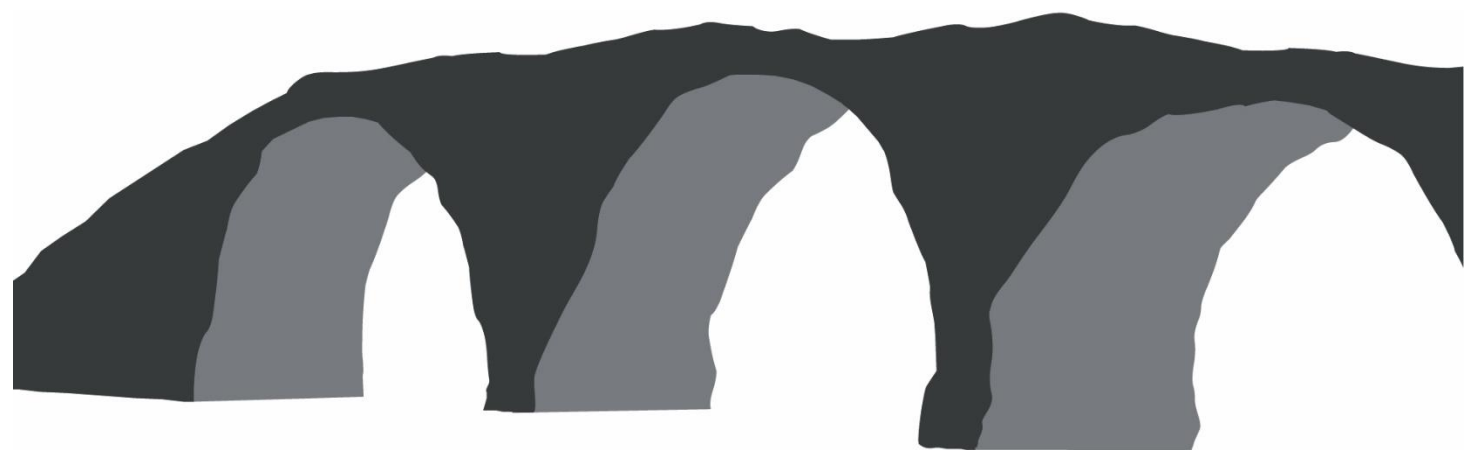
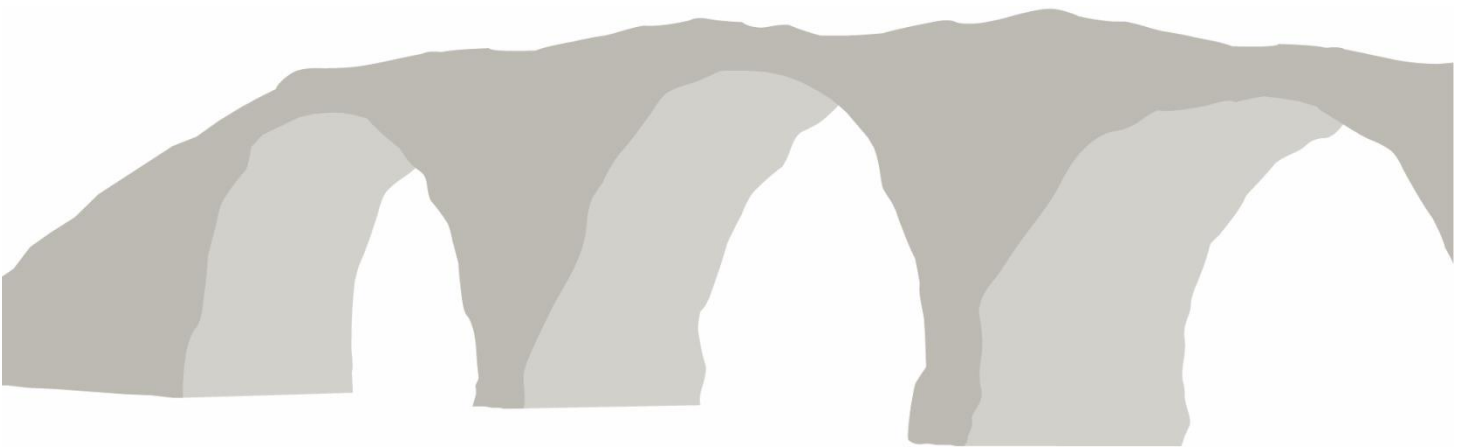


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 19 | Número 1 | Janeiro – Junho 2025  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

**MATERIALIDADE NA TEORIA ARQUEOLÓGICA**  
**MATERIALIDAD EN LA TEORÍA ARQUEOLÓGICA**  
**MATERIALITY IN ARCHAEOLOGICAL THEORY**

Carl Knappett





*Publicação original: Knappett, Carl (2014). Materiality in Archaeological Theory. Em: Smith, C. (eds). Encyclopedia of Global Archaeology (pp. 4700-4708). New York: Springer.*

*Tradução: Dé Leonel Soares. Pós doutorando do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (Bolsista FAPESP vinculado ao projeto temático "Métis: Artes e Semânticas da Criação e da Memória", processos: 2020/07886-8 e 2023/09713-1); e Vinícius Melquiades. Professor do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do PPGArq/UFPI, e membro do Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP/UFPI).*

*Revisão: Marcony Lopes Alves. Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP).*

## MATERIALIDADE NA TEORIA ARQUEOLÓGICA

## MATERIALIDAD EN LA TEORÍA ARQUEOLÓGICA

## MATERIALITY IN ARCHAEOLOGICAL THEORY

Carl Knappett<sup>1</sup>

---

### INTRODUÇÃO

A materialidade está tão imersa em nossa existência cotidiana que possui uma espécie de impenetrabilidade. Estamos em contato tão íntimo com ela que ela desaparece. E, no entanto, é sempre muito presente. Enquanto escrevo, sento-me numa cadeira grega "kafeneio", uma estrutura simples de madeira com cordas entrelaçadas que deixam seu padrão nas minhas pernas, pelo menos quando estou usando shorts. A mesa de madeira é um simples compensado sobre uma estrutura de metal. A mesa, a cadeira, o piso de madeira, o computador, o ventilador de teto, a poeira, as xícaras de café: juntos, eles são tocados, vistos, ouvidos, cheirados e saboreados e, de alguma forma, apesar de todos esses sentidos em ação, passam em grande parte despercebidos. Escrever os traz momentaneamente à tona, embora existam outras maneiras de fazê-los aparecer. Muitos artistas contemporâneos tornam presentes os artefatos do cotidiano, criando novos tipos de encontros com eles – desde torná-los superdimensionados, como em alguns trabalhos de Claes Oldenburg, ou em miniatura, como nas cenas de rua quase invisíveis de Slinkachu, ou através da redistribuição (por exemplo, Jeff Koons). Às vezes, eventos dramáticos podem nos fazer ver o cotidiano sob uma luz muito diferente, como, por exemplo, os interiores das casas de Nova Orleans danificadas pelas águas da enchente de Katrina (Wilford, 2008). E esses dois podem até se unir quando artistas contemporâneos redirecionam sua prática após tais eventos, como a "Floodwall" de Jana Napoli, ou a reportagem fotográfica do artista Robert Polidori (Figura 1). Esses exemplos podem nos ajudar a experimentar brevemente o elusivo sentido de materialidade que faz parte de nossas vidas cotidianas.

Pode-se argumentar que a constante exposição a milhares de mercadorias no Ocidente do século XXI força um certo distanciamento do avassalador mundo da materialidade. Ou talvez seja a engenharia de precisão de muitos produtos que torna nossa dependência tão perfeita: os termostatos para o controle silencioso do calor em nossas casas, o design ergonômico de nossos carros, ou as órteses personalizadas para nossos pés. Mas algum desses pontos é válido – o mundo contemporâneo é realmente qualitativamente diferente do passado? Na verdade, vários autores sugerem que não: que essa "condição" é parte integrante do que é ser humano.

---

<sup>1</sup> Universidade de Toronto, Departamento de Arte, Toronto, Canadá. E-mail: [carl.knappett@utoronto.ca](mailto:carl.knappett@utoronto.ca). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9919-8859>.

Podemos às vezes, nos sentir sufocados pelos materiais, mas ser humano sempre foi ser material ou "artificial" (Taylor, 2010). Uma série fascinante de histórias, que pode ser traçada desde a pré-história inicial e tardia, documenta as “gravações” de mudança na materialidade, entre, por exemplo, "instrumentos" e "recipientes" (Gamble, 2007).



*Figura 1. "6539 Canal Street, Nova Orleans, Setembro de 2005" # Robert Polidori, cortesia do artista e Edwynn Houk Gallery, Nova York.*

Apesar do papel integral da materialidade em ser e tornar-se humano, o mundo cotidiano dos objetos é constantemente ignorado tanto em nosso dia a dia quanto, surpreendentemente, e talvez consequentemente, em nossa prática e teoria arqueológicas. Embora os arqueólogos necessariamente dediquem grande parte de sua atenção às coisas, – sejam chamadas de artefatos, cultura material, materiais ou tecnologias – definições de "materialidade" não têm sido propostas. Embora possa parecer, em certo nível, um termo que podemos ter como garantido, uma onda de pesquisas recentes sobre materialidade mostra que esse termo pode nos levar à várias direções diferentes.

#### DEFINIÇÃO

Vamos tentar pensar sobre o que define esse fenômeno que chamamos de materialidade. Como esse termo é diferente, ou ainda preferível, de alguns dos outros termos mencionados acima, como "artefatos", "materiais" ou "cultura material"? Cada um desses termos pode parecer estático e categórico, enquanto a materialidade tem a vantagem de ser mais relacional. Artefatos implicam na ideia de que apenas as coisas feitas por humanos são relevantes, uma falha que a noção de materiais evita; afinal, este último poderia se aplicar a

minérios metálicos ou seixos numa praia. No entanto, isso talvez não seja suficientemente diferenciado da forma como um engenheiro de materiais poderia falar sobre materiais. Cultura material inclui mais obviamente o componente cultural que preocupa o cientista social e o humanista, embora também corra o risco de retratar um mundo polarizado de materiais de um lado e cultura do outro, com o primeiro sendo afetado pelo segundo. Materialidade, como termo, não torna óbvio esse componente humano (sociomaterialidade poderia ser uma solução, mas é complicado). Outro termo disponível é mundo(s) material(is); isso tem a vantagem de transmitir a qualidade plural e conjunta das relações humano-coisa, mas não inclui naturalmente o humano, e como "cultura material" também é estático. Assim, nenhum dos termos disponíveis nos oferece exatamente o que precisamos; embora não seja perfeito, materialidade pode ser o termo que mais se aproxima. Ele tem a vantagem distintiva de transmitir o processo, a dinâmica contínua das relações humano-artificiais. Ajuda também a minimizar a dualidade entre mente e matéria, que é um dos objetivos fundamentais na pesquisa sobre materialidade (DeMarrais *et al.*, 2004). Embora isso sirva como uma diretriz geral útil, há um argumento para ser mais específico, que implica considerar a natureza multidimensional da materialidade. Sob essa luz, precisamos de um conceito que possa cobrir quatro áreas-chave: as propriedades dependentes (relações materiais), codependentes (relações sociais), independentes (vitais) e interdependentes (plurais) das coisas e objetos (Knappett, 2012). Admitidamente, é ambicioso tentar englobar todas essas propriedades no termo "materialidade", mas isso parece ser necessário. Pode-se entender tanto a relutância (Miller, 2005) quanto a insistência (Ingold, 2007) em definir materialidade.

## HISTÓRICO

É curioso que apenas recentemente surgiu o impulso de reconectar mente e matéria, ou o social e o artificial. Apesar dessa mudança, a cultura material ainda é descrita como um reflexo ou expressão da organização social ou ideais culturais. Na arqueologia, Tim Taylor atribuiu isso à profunda influência de Gordon Childe (Taylor, 2009, p. 298). Grande parte da arqueologia social subsequente caiu em uma separação cartesiana similar. De fato, parte da literatura arqueológica aparentemente voltada para a materialidade usa termos como "materialização", o que reforça a ideia de que algo social existe antes do artificial, com o primeiro "materializado" no segundo (DeMarrais, 2004).

Em vez de perguntar por que estamos vendo uma união de mente e matéria reaparecer nos estudos de materialidade, embora de forma desigual, talvez devêssemos refletir sobre o que historicamente impediu sua expressão. O interessante é que, segundo Taylor, a sensação de uma conexão inseparável entre uma comunidade e seus artefatos era amplamente arraigada no final do século XIX e início do século XX, com o termo "materialidade" sendo usado por E.B. Tylor já em 1871 (Taylor, 2009, p. 299). Como Taylor também explica, a "sensação do nexo cultural intrincado entre artefatos e pessoas" (Taylor, 2009, p. 299) também estava entrelaçada com um essencialismo que unia identidade cultural e racial, expresso no trabalho de Gustaf Kossina, por exemplo, e subsequentemente sujeito a manipulação política e abuso na propaganda nazista.

No pós-guerra este conjunto de associações levou, evidentemente, a um desentendimento do nexo cultural ao qual Taylor se refere, com uma separação, ou mesmo polarização, do social e do artificial (na verdade, já expressa nos anos pré-guerra por Childe). Como uma observação lateral, podemos notar que um caminho semelhante foi trilhado na história da arte do início do século XX, com a ideia influente de "Kunstwollen" de Alois Riegl em seu formalismo promovendo a ideia de um "nexo cultural", mas, ao mesmo

tempo, potencialmente essencializando e, portanto, aberto ao abuso (Elsner, 2006). As ideias de Riegl geraram muito debate, com respostas de Panofsky e Warburg, entre outros (Elsner, 2006), e provavelmente uma separação similar do social e do material àquela vista na arqueologia.

Apesar da reação pós-guerra contra a ideia de um nexos cultural enredado unindo um povo e sua cultura, não é como se a ideia tivesse completamente desaparecido. Ela permaneceu, por exemplo, no legado duradouro do Museu Pitt Rivers em Oxford, que manteve os princípios organizacionais estabelecidos quando foi fundado em 1884, com artefatos organizados de acordo com a função, em vez da origem geográfica ou período (ver Figura 2). Notável aqui é que o mesmo E.B. Tylor mencionado acima foi curador do Museu de História Natural da Universidade de Oxford em 1883, adjacente ao qual o Pitt Rivers foi finalmente localizado em 1887, e deu coleções importantes ao Pitt Rivers (Larson *et al.*, 2007). E, recentemente, o Pitt Rivers tem sido um estímulo importante para novos trabalhos sobre materialidade, não menos como base para Chris Gosden, e mais recentemente para Dan Hicks, ambos dos quais fizeram contribuições importantes (Gosden, 2004, 2005; Gosden *et al.*, 2007; Hicks & Beaudry, 2010). Essa base de pesquisa contribuiu significativamente para renovar o interesse na materialidade como um nexos sociomaterial, ou o que Hodder recentemente chamou de “emaranhado” das coisas umas com as outras e com seus interlocutores humanos (Hodder, 2011).

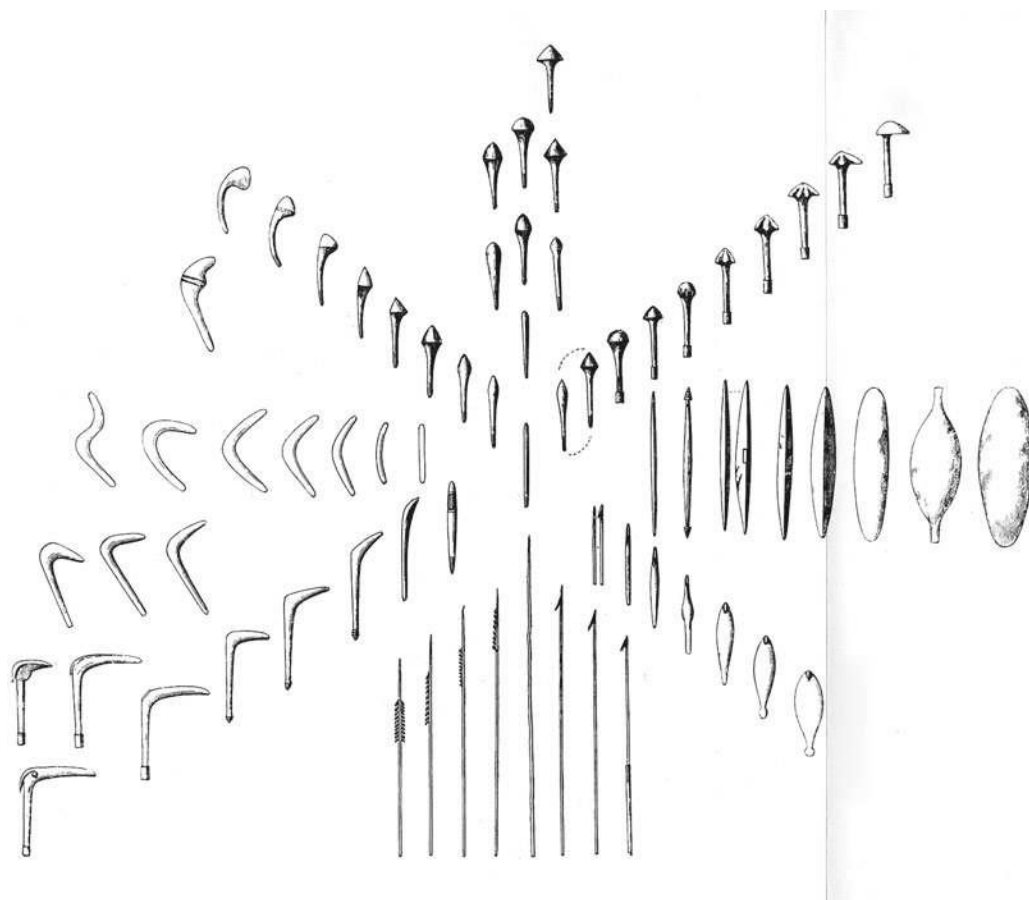


Figura 2. Um exemplo da abordagem de Pitt-Rivers para a categorização de artefatos. Fonte: originalmente publicada em 1875 (Pitt-Rivers 1906, Prancha III).

## QUESTÕES CHAVE/DEBATES ATUAIS

O museu também é um bom “laboratório” para refletir sobre a ontologia dos artefatos, uma das questões-chave nos estudos de materialidade. Se pensarmos em como nos envolvemos com a materialidade nos museus, a natureza da exibição é tal que, primeiramente, encontramos os artefatos de forma visual (com algumas exceções). Isso tem um efeito objetificador, pelo qual nos afastamos do artefato como objeto e o consideramos de forma consciente (Gosden, 2004). Essa experiência categórica dos artefatos-objetos pode ocorrer também em nossas vidas diárias, mas talvez estejamos mais acostumados a encontrar os artefatos de uma forma multissensorial, que inclui o toque, o cheiro e o som (ver parágrafo inicial). É essa experiência multimodal que nos imerge no mundo material e o faz parecer próximos a nós mesmos. Gosden (2004) fala sobre essa distinção em termos de “objetos”, por um lado, e “coisas”, por outro. Essa distinção parece capturar algo do status ontológico cambiante da materialidade. Ela não tem sido muito utilizada na arqueologia (embora ver Knappett 2010), ganhando mais relevância nos estudos literários e culturais (por exemplo, Brown, 2003). De fato, isso vem da filosofia e do trabalho de Heidegger, cuja distinção entre objeto e coisa surge juntamente com outras distinções, como “prontidão” [*readiness-to-hand*] e “pronto à mão” [*ready-to-hand*]. (Heidegger, 1971; Wheeler, 2005). Quando algo, como um martelo, está pronto para o uso, ele recua da nossa percepção e é incorporado de forma fluida aos nossos repertórios de ação. No entanto, quando o martelo se quebra, ele entra em um modo diferente e se torna presente à mão, em que observamos o artefato como objeto, com suas propriedades categóricas expostas enquanto buscamos compreendê-las e devolver o martelo ao uso. A interação entre esses diferentes modos, se de fato marcam uma distinção válida, é pouco compreendida e representa uma questão central para os estudos de materialidade.

Outra forma de ver aquilo que é essencialmente a mesma questão é adotar uma abordagem diferente, partindo da psicologia em vez da filosofia. Em particular, na psicologia ecológica de J.J. Gibson, os artefatos são vistos sob a perspectiva do que podem oferecer a um agente (humano ou de qualquer outra espécie) com um repertório de ações específico (Gibson, 1979). Essas “*affordances*” de um artefato são percebidas diretamente pelo agente, em vez de serem filtradas indiretamente por representações culturais. Embora uma ideia controversa na psicologia da percepção, ela compartilha alguns pontos em comum com o conceito heideggeriano de “pronto para o uso”, que implica uma percepção direta e contínua das propriedades de um artefato. Arqueólogos têm feito algum uso dessa ideia gibsoniana de *affordance*, mas se deparam com o problema de como esse tipo de experiência com a materialidade se articula com um encontro mais indireto com o mundo material, mediado por associações e representações culturais, como nas abordagens semióticas da cultura material. Novamente, surge a questão das ontologias cambiantes da materialidade e de como os artefatos parecem oscilar entre ser tanto objetos quanto coisas. Uma solução proposta para o problema é o desenvolvimento de uma “semiótica situada”, baseada tanto na psicologia ecológica gibsoniana quanto na semiótica de C.S. Peirce, com o objetivo de abordar tanto a ação direta das *affordances* dos artefatos quanto a ação indireta das associações dos artefatos (Knappett, 2005). A fundamentação da semiótica peirciana foi recentemente reconhecida como uma ferramenta importante na arqueologia para o estudo da materialidade (por exemplo, Preucel, 2006; Crossland, 2009) e certamente será uma área de debate ativo nos próximos anos.

A questão da articulação do direto e do indireto na ontologia da materialidade levanta outra questão relacionada, que é a sua escala. A noção de afordâncias é útil para compreender aspectos da materialidade em

uma escala imediata e próxima, mas, por meio de associações icônicas ou simbólicas, a materialidade pode ocupar escalas muito além da proximidade. Isso tem relevância tanto espacial quanto temporal. De fato, o papel crítico da materialidade em permitir que grupos humanos primitivos tenham uma “libertação da proximidade” [*release from proximity*] tem sido o foco de trabalhos importantes recentes de Clive Gamble, que adota uma perspectiva de longo prazo que se estende do Paleolítico até o Neolítico Inicial (Gamble, 2007). Gamble usa uma distinção entre instrumentos e recipientes para mapear as materialidades em mudança, vendo não tanto “revoluções” na cultura material, mas sim gradientes em mudança ao longo do tempo em como os grupos humanos exploram diferentes metáforas materiais. A mudança em direção a um uso mais concentrado de recipientes no Neolítico inicial da Eurásia, tanto na forma de casas quanto de vasos cerâmicos, não é vista como uma revolução, mas como um emprego estratégico de uma metáfora material que já estava presente há muito tempo, a ideia do corpo em si como um recipiente. A expressão crescente de metáforas de recipientes em materiais permitiu, posteriormente, que novas expressões de identidade se desdobrassem ao longo do Neolítico. Pode-se levar isso um passo adiante e sugerir que uma ideia clara do corpo humano como recipiente pode, de fato, não ter preexistido à construção de casas e potes como recipientes, mas pode ter emergido apenas como uma metáfora corporal efetiva por meio dessas materialidades (Knappett *et al.*, 2010). Se traçarmos essa lógica mais adiante no tempo, para a pré-história posterior, vemos uma explosão de diferenciação sociomaterial na Idade do Bronze, com uma incrível variedade de artefatos, muitas vezes operando em conjuntos (Knappett, 2009). Um dos muitos exemplos possíveis é um conjunto dos “Repositórios do Templo” no palácio de Cnossos, depositado por volta de 1650 a.C. (Hatzaki, 2009). Isso inclui uma ampla gama de materiais – como conchas do mar (tanto originais quanto réplicas em faiança), estatuetas femininas (também em faiança), uma cruz de pedra, copos de faiança e jarros de armazenamento – que provavelmente faziam parte de algum equipamento cultural para uso no/ou perto do pátio central do palácio (veja a Figura 3).



Figura 3. Materialidade como agenciamento: alguns elementos contidos nos repositórios do Templo de Knossos. Cortesia do Museu Ashmolean.



Essa crescente diferenciação nas materialidades ao longo do tempo também tem uma componente espacial. A libertação da proximidade não envolve apenas uma variedade cada vez maior de artefatos e tecnologias, mas também uma tendência de que esses itens venham de uma ampla gama de lugares distantes. Se retornarmos ao exemplo dos Repositórios do Templo, vemos a tecnologia de faiança de origem egípcia e vasos cerâmicos importados das Cíclades e, provavelmente, também do Dodecaneso. E isso nem é um conjunto especialmente “conectado”. Outros agenciamentos que poderíamos escolher da Idade do Bronze Tardio envolvem redes mais complexas, especialmente se avançarmos no tempo para cerca de 1300 a.C., quando as redes complexas de circulação material são bastante impressionantes, com o comércio “internacional” em torno do Mediterrâneo oriental exemplificado no notável carregamento do naufrágio de Ulu Burun (Pulak, 1998). Essas redes de materiais e materialidades também podem ser vistas nos itens de luxo que circulavam como parte das trocas diplomáticas e culturais na segunda metade da Idade do Bronze Tardio, aproximadamente entre 1400 e 1200 a.C. (Feldman 2006). Ainda assim, esses padrões não costumam ser teorizados em termos de “materialidade”. Os debates teóricos sobre a temporalidade e a espacialidade da materialidade ainda não foram muito explorados com estudos de caso arqueológicos detalhados. Com poucas exceções notáveis (por exemplo, Meskell & Joyce, 2003; Mills & Walker, 2008), grande parte do debate permanece teórico. Podemos atribuir isso à dificuldade de falar sobre materialidade diante de objetos ou conjuntos específicos — um ponto destacado por Elkins em referência à história da arte (Elkins, 2008). Talvez a questão, conforme observado por Elkins, seja metodológica. Como abordar o estudo da materialidade? No entanto, a arqueologia não carece de metodologias, e algumas abordagens distintas já existem e, de fato, estão sendo utilizadas para uma compreensão mais completa da materialidade. Como há algumas diferenças regionais interessantes nessas metodologias, isso será discutido no próximo tópico.

#### PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS

Quando arqueólogos vão além das considerações teóricas sobre materialidade, as metodologias empregadas apresentam variações interessantes internacionalmente, principalmente entre a América do Norte e a Europa. Na América do Norte, a “arqueologia comportamental” desenvolvida por Michael Schiffer e colegas (por exemplo, recentemente, Skibo & Schiffer, 2008; Hollenback & Schiffer, 2010) deu origem a abordagens da materialidade antiga que examinam as interações entre pessoas e objetos, desde a produção até o descarte. Isso não teve grande adesão na Europa (incluindo o Reino Unido), onde a cadeia operatória, muito usada especialmente por especialistas franceses em lítica, é mais prevalente como um meio de entender apenas as sequências de produção (cf. Schlanger, 1994; Conneller, 2008). Em vez disso, outra tradição tem se concentrado nas fases de consumo e descarte da história de vida dos artefatos, focando-se em questões de deposição estruturada e fragmentação (Chapman, 2000). Para entender os processos de deposição no passado, arqueólogos têm se voltado para o presente, estudando processos contemporâneos de abandono (Gonzales-Ruibal, 2008; Olsen, 2010). Em sua perspectiva experiencial, isso difere das tentativas mais rigorosas de replicação nos esforços da arqueologia experimental para fornecer insights sobre as escolhas de produção do passado. Embora o primeiro possa parecer mais pós-processual e o segundo mais processual, não devemos exagerar essa distinção. Por exemplo, embora o projeto de lixo de Rathje nos EUA possa parecer processual em seu design experimental, Rathje recentemente colaborou com Shanks (Shanks *et al.*, 2004); também se pode destacar a referência aos métodos de Schiffer em trabalhos recentes sobre materialidade realizados por

Hodder (Hodder, 2011). Assim, embora existam algumas diferenças importantes nas abordagens da materialidade em ambos os lados do Atlântico, estas não devem ser exageradas. Também devemos notar que as perspectivas europeias sobre a materialidade não se limitam ao Reino Unido e à França, com correntes de pensamento estabelecidas na Escandinávia (por exemplo, Olsen, 2010, ver acima; também Fahlander, 2008; Normark, 2010) e emergentes na Alemanha (por exemplo, Hahn, 2005).

#### DIRECIONAMENTOS FUTUROS

Embora as abordagens arqueológicas à materialidade já sejam interdisciplinares, poderiam se beneficiar ainda mais de um diálogo mais amplo. Embora os arqueólogos estejam cientes das abordagens contemporâneas na antropologia, sociologia e geografia, linhas de pensamento interessantes também estão surgindo na história, na história da arte e em outras disciplinas afins. Aproveitar as abordagens de diversos campos de investigação é uma direção essencial para o futuro dos estudos de materialidade, pois a própria materialidade possui inúmeras dimensões, com relações complexas entre os materiais, entre materiais e pessoas, além de propriedades como vitalidade e pluralidade, que ainda são pouco compreendidas. Além disso, a arqueologia está bem posicionada, com seu conjunto distintivo de metodologias para estudar as relações entre pessoas e coisas, para contribuir com o estudo detalhado das materialidades por meio de estudos de caso diversos de muitos períodos e lugares. No entanto, esse avanço metodológico tem sido lento nos estudos de materialidade, talvez, como afirma Elkins (ver acima), devido à dificuldade de compreender a materialidade quando se está diante de artefatos específicos. Esta é, sem dúvida, uma das direções mais importantes para o futuro: o desenvolvimento de metodologias para o estudo da materialidade que possam acompanhar e complementar os movimentos teóricos empolgantes que estão em andamento atualmente.

#### REFERÊNCIAS

- Brown, B. (ed.) (2003). *Things*. Chicago: University of Chicago Press.
- Chapman, J. (2000). *Fragmentation in archaeology: people, places and broken objects in the prehistory of South Eastern Europe*. London: Routledge.
- Conneller, C. (2008). Lithic technology and the chaîne opératoire. Em Pollard, J. (ed.). *Prehistoric Britain* (160-176). Oxford: Blackwell.
- Crossland, Z. (2009). Of clues and signs: the dead body and its evidential traces. *American Anthropologist*, 111, 69-80.
- Demarrais, E. (2004). The materialisation of culture. Em Demarrais, E., Gosden, C., & Renfrew, A.C. (eds.). *Rethinking materiality: the engagement of mind with the material world* (11-22). Cambridge: McDonald Institute Monographs.
- Demarrais, E., Gosden, C., & Renfrew, C. (2004). Introduction. Em Demarrais, E., Gosden, C., & Renfrew, C. (eds.). *Rethinking materiality: the engagement of mind with the material world* (pp. 1-7). Cambridge: McDonald Institute Monographs.
- Elkins, J. (2008). On some limits of materiality in art history. 31 - *Das Magazin des Instituts für Theorie* 12, 25-30.

- Elsner, J. (2006). From empirical evidence to the big picture: some reflections on Riegl's concept of *Kunstwollen*. *Critical Inquiry*, 32(4), 741-66.
- Fahlander, F. (2008). Differences that matter: materialities, material culture and social practice. Em Glørstad, H., & Hedeager, L. (eds.). *Six essays on the materiality of society and culture* (pp. 127-54). Lindome: Bricoleur Press.
- Feldman, M. (2006). *Diplomacy by design: luxury arts and an "international style" in the ancient Near East, 1400-1200 BCE*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gamble, C. (2007). *Origins and revolutions: human identity in earliest prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gibson, J. J. (1979). *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin.
- Gonzales-Ruibal, A. (2008). Time to destroy: an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology* 49(2), 247-79.
- Gosden, C. (2004). Making and display: our aesthetic appreciation of things and objects. Em Renfrew, C. Gosden, C. & DeMarrais, E. (eds.). *Substance, memory, display: archaeology and art* (pp. 35-45). Cambridge: McDonald Institute Monographs.